

Turismo, patrimônio e propaganda: ferramentas a serviço da autocracia na Era Vargas

Andrea de Albuquerque VIANNA¹

Resumo: Este artigo reúne fragmentos da pesquisa de doutorado em andamento, que busca compreender a participação das políticas do Patrimônio na formulação de ações e diretrizes para o Planejamento Turístico no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945) à luz do papel das estratégias de sustentação dos governos ditatoriais. Busca-se identificar conceitos e ideologias arraigados nas ações do Governo Vargas, referentes à relação Patrimônio-Turismo, tencionando-se compreender como foram tecidas essas relações. Durante o Estado Novo (1937 a 1945), houve uma aproximação das duas áreas, utilizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que unia patrimônio, propaganda e turismo como ferramentas para o fortalecimento do regime político vigente, de seu governante, e para divulgação de seus feitos. A questão é saber de que maneira essa relação passou a ser construída. Quais motivos levaram a este direcionamento? Saber o porquê e o para quê Patrimônio, Turismo e Propaganda foram transformados em ferramentas políticas nos leva a resgatar a busca pela identidade nacional, neste período apoiada no nacionalista, ideologia dominante na América do Sul, no México e em boa parte da Europa no início do século XX. Este trabalho adota métodos de pesquisa documental e bibliográfica para o levantamento de dados.

Palavras-chave: Turismo. Patrimônio. Propaganda. Identidade nacional.

Introdução

A relação Patrimônio/Turismo no Brasil, observada pelo viés histórico-político, tem tido pouco destaque no contexto da produção acadêmica em geral. Da mesma forma, as duas áreas têm convergido em raros momentos no contexto da prática patrimonial e turística, salvo por exceções como Ouro Preto, Tiradentes e Mariana (MG), e Paraty (RJ), por exemplo. Apesar destes pequenos encontros, constata-se uma dissociação destas atividades, o que enfraquece e fragiliza a ambas, por não terem uma a outra como suporte.

Na atualidade, isto representa problemas, pois o patrimônio incompreendido, desconhecido e desvalorizado perde sua função social; o turismo desenvolvido exclusivamente com interesses comerciais perde seu diferencial, transformando-se em mais uma atividade econômica no destino turístico. O desconhecimento leva à não preservação, à perda de identidade cultural, ao não pertencimento. Porém, o quadro nem sempre foi esse: nos governos ditatoriais brasileiros do século XX havia outros posicionamentos. Durante o Estado Novo (1937 a 1945), houve uma aproximação das duas áreas, utilizadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que unia patrimônio, propaganda e turismo como ferramentas para o fortalecimento do regime político vigente, de seu governante, e para divulgação de seus feitos, funcionando, principalmente, como meio de propaganda ideológica do Estado.

¹ Doutoranda e Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela UFRN. Especialista em Gerência de Empresas Turísticas e Bacharel em Turismo pela UnP - Universidade Potiguar. E-mail: andvianna@gmail.com

Saber os objetivos e as causas pelas quais Patrimônio, Turismo e Propaganda foram transformados em ferramentas políticas nos leva a resgatar a busca pela identidade nacional, apoiada na ideologia nacionalista, dominante na América do Sul, México e em boa parte da Europa no início do século XX.

Este artigo reúne fragmentos da pesquisa de doutorado em andamento, que busca compreender a participação das políticas do Patrimônio na formulação de ações e diretrizes para o Planejamento Turístico no Brasil durante o Estado Novo (1937-1945) e Governo Militar (1964-1985). Busca-se identificar conceitos e ideologias presentes nas ações do Governo Vargas, referentes à relação Patrimônio-Turismo, para compreender como foram tecidas essas relações durante o Estado Novo. Este trabalho adota métodos de pesquisa documental e bibliográfica para o levantamento de dados.

Turismo e identidade nacional

O cenário político nacional na Era Vargas apresentava períodos conturbados e a necessidade de se estabelecer uma identidade nacional e um ideário que pudessem sustentar a conjuntura político-ideológica da época. O Brasil enfrentava a identificação histórica das classes abastadas com as culturas europeia e norte-americana, e a rejeição aos elementos das culturas negra e indígena (LOPES, 2000). Esta identificação, existente desde o Brasil colônia, estendeu-se até o século XX, criando um campo favorável à fragmentação cultural do país e ao estabelecimento de guetos de imigrantes.

O cenário internacional apresentava disputa de forças entre fascismo (Mussolini – 1922/1943, Salazar – 1932/1974, Franco – 1936/1975), nazismo (Hitler – 1934/1945) e comunismo (Stálin – 1927/1953). No Brasil, duas forças políticas: a Ação Integralista Brasileira - AIB, fundada em 1932, e a Aliança Nacional Libertadora - ANL, criada em 1935 - caminhando ao largo do Governo, criavam conflitos e estabeleciam aproximações com Itália e Alemanha, que já atuavam livremente pelo País através de relações comerciais, agremiações, militância política e jornais. As duas correntes lutavam entre si e planejavam, com o apoio dos seus comandos internacionais derrubar o Governo (BERTONHA, 2001).

O Governo Vargas, apesar de não se posicionar abertamente como adepto de nenhuma das doutrinas políticas correntes, apresentava diversos pontos em comum, tais como: autoritarismo, valorização da cultura local, definição da identidade própria, comunicação voltada para jovens, crianças e trabalhadores. O Estado Novo, com características próximas às dos governos fascistas, adotou caminhos similares, e uma delas foi o nacionalismo. Era necessário valorizar e difundir a identidade nacional.

As semelhanças na comunicação nacionalista desenvolvida na Itália de Mussolini, na Alemanha de Hitler e no Brasil de Getúlio, são evidentes. No entanto, há que se ressaltar que a questão do nacionalismo no Brasil é bem anterior a este período, apesar de haver se consolidado durante o governo Vargas (LAUHERHASS JÚNIOR, 1986).

A título de ilustração, apresenta-se, nas figuras 1, 2 e 3, material impresso durante os governos autocráticos dos referidos países, utilizando a mesma linha de comunicação.

Figura 1 – Il libro per la prima classe. 7/11:saluto al Duce.



Fonte:

www.indire.it/immagini/immag/inettest/ts2062v1-78.jpg

Figura 2: “Crianças, o que vocês sabem sobre o Führer?”



Fonte:www.youtube.com/watch?v=XITxoNZjnJ0

Figura 3: Getúlio Vargas o amigo das crianças



Fonte:cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP

Considerado, equivocadamente, como uma criação dos governos fascistas e nazistas, o nacionalismo tem sua origem no século XVIII, na Europa, sendo uma combinação, entre outras coisas, de patriotismo e consciência de pertencimento a um grupo distinto, o que por si só, estimularia o sentimento de superioridade. A ideologia nacionalista aportou no Brasil no final do século XVIII, servindo de esteio aos movimentos pela independência do Brasil.

Reconhecendo-se a importância de se criar um elemento de convergência nacional, lançando mão dos mais diversos recursos de comunicação para tal, buscava-se, então, o aporte que firmasse uma ideologia para assegurar ao Estado o apoio político que proporcionasse maior poder de persuasão, principalmente em relação às classes populares.

No período 1937-1945 Turismo, Patrimônio e Propaganda assumiram status de política de Estado, sendo submetidos a ações e tentativas de controle, organização e investimentos pelo Governo. O objetivo era transformá-los em ferramentas para dar suporte à criação de uma ideologia nacional, destacando a cultura brasileira e gerando uma visão positiva sobre o Brasil.

Com o intuito de manter o controle sobre diversos segmentos da sociedade, o Governo Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP (Decreto-lei nº 1.915 de 27/12/1939), para difundir os valores do Estado Novo, principalmente junto às classes trabalhadoras. Este departamento contava com as divisões: Divulgação; Radiodifusão; Cinema e teatro; Imprensa; Serviços auxiliares (comunicações, contabilidade, tesouraria, material, filmoteca, discoteca, biblioteca). Dá-se destaque à Divisão de Turismo - DT (BRASIL, 1939), cujo objetivo era organizar e executar planos de propaganda no exterior, fichários e cadastro de informações turísticas, corresponder-se com organizações internacionais,

organizar e divulgar material de propaganda turística sobre o País. (GOULART, 1990, *apud* SANTOS FILHO, 2007).

De Ouro Preto para o mundo

No início do século XX, o Brasil enfrentava uma crise de identidade marcada pelos processos de imigração europeia, urbanização da região Sudeste e ascensão das elites industriais. Contribuíram para este quadro o surgimento de escolas para imigrantes, e a disputa de poder entre governo federal e oligarquias regionais, fato que propiciou a Revolução de 1930. Destaca-se também o modernismo de 1922, com seus questionamentos e buscas por uma recriação do Brasil. (MAGALHÃES, 2009:37).

Neste período, em que o nacionalismo era doutrina corrente, tem início a preocupação com o patrimônio histórico nacional, cuja discussão só se fortaleceu no Brasil a partir da Era Vargas. Segundo Camargo (2002:72), não houve qualquer noção de patrimônio ou de bens patrimoniais no Brasil do século XIX.

Desde momentos pontuais, como a classificação de Ouro Preto como Monumento Nacional (1933), passando pela criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (1937), depois Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN (1938), fica evidente que as questões políticas são determinantes nesta relação tão próxima, porém pouco analisada que é a da interdependência Patrimônio-Turismo.

A escolha de Ouro Preto como monumento nacional teve caráter simbólico: apoiava-se nos personagens históricos que consagravam a cidade como altar da formação nacional (CAMARGO, 2002:84). Neste ponto, encontram-se divergências: enquanto há pesquisadores que defendem a ideia de que a escolha de Ouro Preto, assim como a constituição do patrimônio no Brasil, se deu por critérios predominantemente estéticos (FONSECA, 2009:114), teoria esta evidenciada pela forte presença de arquitetos e pela ausência de historiadores nos quadros do SPHAN. Sobre isso, Ribeiro (2011:232) revela que: “O próprio Lúcio Costa opunha-se ao envolvimento de historiadores nesse trabalho institucional de conhecimento do patrimônio cultural brasileiro, para não onerar, com tempo demasiado, o aprofundamento de pesquisas sobre o patrimônio cultural brasileiro”. Porém, as inúmeras situações de conflito entre os adeptos dos movimentos moderno e neocolonial, pelo controle de instituições federais responsáveis pela preservação do patrimônio nacional (CONDURU, 2011:139), e mesmo anteriores à existência das referidas instituições, demonstram a prevalência do caráter político, ainda que associado às questões técnicas.

D’Alessio (2011:83) destaca que

Uma das faces mais visíveis da relação nação/preservação é o uso do passado feito pelos Estados nacionais com vistas à legitimação de seus respectivos projetos políticos. Decorre daí a tônica bastante nacionalista das instituições patrimoniais surgidas nos séculos XIX e início do século XX em vários países ocidentais.

Dias e Lima (2011) ressaltam um aspecto da questão da busca pela identidade nacional, que corrobora com a relação política da escolha de Ouro Preto como monumento

nacional por Getúlio Vargas. Na luta contra o regionalismo e o estabelecimento de um elemento agregador no País, observa-se que: “Definir uma cultura autenticamente brasileira significou construir um acervo, um patrimônio, reconhecido como emblema e componente do que Benedict Anderson (1991) denominou de “comunidade nacional imaginada” (DIAS; LIMA, 2001:202)”.

Associadas a estes fatos, tem-se, ainda, as seguintes questões: a impossibilidade de se desconhecer o valor histórico, cultural e político de Ouro Preto, a despeito de ter deixado de ser a capital do Estado; os relatos de intelectuais acerca da importância histórica da antiga Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto para a identidade nacional, além de suas ligações afetivas com a cidade, a ver Olavo Bilac, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Alceu de Amoroso Lima, Cesário Alvim, Mário de Andrade, dentre tantos outros.

Questiona-se se a necessidade de se atender a algumas das vertentes nacionalistas estabelecidas no País, como os nacionalistas católicos, que contavam com a atuação do Cardeal Leme, organizador da LEC – Liga Eleitoral Católica, para pressionar o governo, não teria contribuído para a escolha da antiga capital de Minas Gerais, cidade católica, repleta de igrejas e de tradições, como monumento nacional.

Fausto (2012:186) afirma que

Uma importante base de apoio do governo foi a Igreja Católica. A colaboração entre a Igreja e o Estado não era nova, datando dos anos 20, especialmente a partir da presidência de Artur Bernardes. Agora ela se tornava mais estreita. Marco simbólico da colaboração foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, a 12 de outubro de 1931 - data do descobrimento da América.

A Igreja levou a massa da população católica ao apoio do novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto de abril de 1931 que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas.

Em meio a tantas possibilidades, há um fato que permite poucos questionamentos: a chamada cidade-monumento não fora escolhida por capricho. E é este o ponto de partida para se compreender a relação Patrimônio/Turismo no Brasil Estado-novista, em que se buscava o engrandecimento da nossa história, da nossa cultura, dos valores nacionais.

Este caráter de epopeia foi adotado na reorganização do Estado durante a ditadura Vargas. Nesse período, percebe-se a apropriação do patrimônio para dar suporte à implantação dos princípios varguistas (Nacionalismo; autoritarismo; trabalhismo, entre outros). Desta forma, os preceitos de ordem, tradição e religião são largamente manipulados pelo Estado.

É neste cenário que se estabelece a utilização do patrimônio como atrativo turístico. Diversas medidas são adotadas para difundir a identidade nacional dentro e fora do País. A responsabilidade estava nas mãos do DIP, encarregado de divulgar o que os turistas deveriam/poderiam ver no Brasil. Dentre suas muitas publicações, editou e distribuiu a

Travel in Brazil, (1941 – 1944), divulgando as riquezas do País, sua natureza exuberante e um povo acolhedor e hospitaleiro.

Vale ressaltar que após 1938, o SPHAN promoveu a restauração de grande parte do casario colonial urbano de Ouro Preto, agora oficialmente patrimônio histórico tombado, porém, não se restringiu a isso: passou também a promover a divulgação da cidade e de seu patrimônio artístico e histórico, com a criação do Museu da Inconfidência e a repatriação dos restos mortais dos inconfidentes. Pouco tempo depois, em 1940, tem início a construção do Grande Hotel de Ouro Preto, concluída após quatro anos.

O Patrimônio como atrativo turístico serve para reforçar a recém-elaborada identidade nacional e difundi-la para brasileiros e estrangeiros. As ferramentas para a divulgação destes elementos estava sob a responsabilidade do DIP, que definia e determinava o que podia e o que deveria, ou não, ser conhecido pelos visitantes. A partir disso, por meio da propaganda institucional, publicações de livros e revistas, músicas e filmes de essência nacionalista, divulgou-se o que o Brasil tinha de melhor: suas riquezas, suas paisagens e seu povo cordato e hospitaleiro.

Para reforçar a unidade política do País, que se afirmava como Nação – espaço único – e sob o mesmo comando, adotava-se o controle sobre a educação e a cultura de maneira geral, impondo-se o culto aos símbolos nacionais, e massificando-se a música, a literatura, a poesia, cujo tema central fosse o Brasil, sua história, sua identidade.

A busca pela identidade nacional ocorreu, segundo Chauí (2000), entre o fim da Primeira Guerra – 1918 – e os anos de 1970, quando a política estava vinculada ao populismo e ao nacional desenvolvimentismo. Havia a afirmação da Nação como espaço único, em detrimento do federalismo. Os esforços se voltavam para o culto aos símbolos nacionais e para a tentativa de massificação deste novo ideal de Nação (MAGALHÃES, 2009: 38). Neste momento, cria-se a União das Escolas de Samba, há a oficialização dos desfiles carnavalescos (1935), e a obrigatoriedade de sambas-enredo com temas nacionais (FERNANDES, 2012).

Buscando construir uma imagem promissora junto à população e obter a atenção de visitantes e investidores estrangeiros, o Governo Vargas investiu no desenvolvimento do turismo.

A partir de então, surgiu a orientação governista para realização de eventos comemorativos, dando especial atenção aos relacionados às classes trabalhadoras. O objetivo era despertar o espírito nacionalista na população, evitando o ressurgimento de movimentos separatistas. A unidade nacional – físico-territorial e identitária – era de reconhecida importância para a estabilidade governista.

Eventos de diversos tipos compuseram esforços para a criação de um escopo de informações nacionalistas: eventos em estádios de futebol (ver Figura 4), praças públicas, escolas, a divulgação do País no exterior através de produção literária, inauguração do Cristo Redentor em 1931 (Ver Figuras 5 e 6), além da presença de atrizes estrangeiras, oficialmente convidadas para conhecer e desfrutar do carnaval carioca.

Santos Filho (2007) apresenta alguns exemplos de eventos realizados à época, voltados para os trabalhadores:

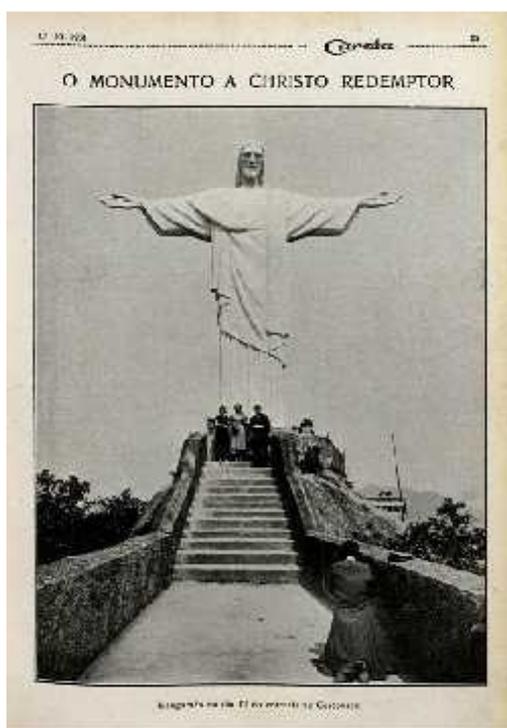
- 12-10-42 - Instalação solene da Semana da Criança, promovida pelo "Departamento Nacional da Criança" (Revista Cultura e Sociedade, ano II n. 21, ano 1942, p.401).
- 25 de janeiro [1944] - festas comemorativas do aniversário da fundação de São Paulo, com a colaboração da Orquestra Sinfônica Brasileira;
- 16 de abril - Festa infantil, na Quinta da Boa Vista, em comemoração ao aniversário do Presidente Vargas, com a colaboração das bandas de música militares;
- 19 de abril - 7 retretas em logradouros públicos, com distribuição de livros às crianças dos asilos e Casa dos Expostos, e de entradas para circos e casas de diversões às crianças pobres;
- 19 de junho - filmagem completa da festa dos pescadores em Paquetá;
- 22 de agosto - missa campal no Russel, em comemoração à entrada do Brasil na guerra, havendo à noite, concerto sinfônico no estádio do Fluminense F. C.;
- 4 de setembro - festa infantil, em comemoração da "Semana da Pátria", fornecendo o D. I. P. condução, merenda e divertimentos às crianças, na Quinta da Boa Vista;
- 15 de outubro - festa infantil, no teatro Carlos Gomes, em comemoração à "Semana da Criança".

Figura 4 - Getúlio Vargas no Desfile da Juventude, Campo do Vasco da Gama. Rio de Janeiro, 07 set 1943.



Fonte: Arquivo Digital CPDOC-FGV in MOSKO et al, 2010.

Figura 5: Cristo Redentor recém-inaugurado.



Inaugurado no dia 12 do corrente no Corcovado

Figura 6: Solenidade de inauguração do Cristo Redentor.



I – O elevador chegando ao Corcovado com o Dr. Getúlio Vargas, D. Leme e altas autoridades; II – No Pico do Corcovado – Aspecto da missa e bênção do monumento.

Fonte: Revista Careta, 1931.

Legendas originais da publicação.

Dentro desta lógica estabeleceu-se a relação entre a atuação governamental e o Patrimônio histórico, cujos elementos escolhidos pela equipe governista se encarregariam de reforçar a construção da identidade nacional. Juntamente com o Turismo, os elementos do Patrimônio histórico serviram aos objetivos propostos.

Utilizado como elemento significativo na formação da boa imagem do Governo Vargas, o DIP era responsável por qualquer evento cívico e militar, organizado pela DT do órgão, e determinava o que poderia ser anunciado interna e externamente.

A atividade turística foi utilizada, então, como forma de divulgação ideológica, responsável pela elaboração e manutenção da imagem pública do governante do País; e, associada ao Patrimônio, contribuiu para criação e manutenção da identidade nacional, de acordo com os interesses políticos vigentes.

Dentre as atribuições do DIP/DT - Divisão de Turismo, responsável direto pela operacionalização deste processo, estavam:

- Promover conferências, com ilustrações aqui e nos Estados acerca da atualidade nacional e das perspectivas de novas atividades;
- Provocar a visita de personalidades estrangeiras de relevo, indicando-lhes tudo quanto nos interessa conhecer por seu

- intermédio. Explicar-lhes a significação da nossa evolução histórica, afim de que possam compreender os laços que prendem a atualidade ao passado e ao futuro do Brasil;
- Distribuir cartazes, cartões postais, folhetos e pequenos livros, acerca do Brasil, nas estradas de ferro internacionais, nos centros de cultura, nos hotéis, bibliotecas, lugares públicos idôneos das cidades americanas (do Sul, do Norte e do Centro);
 - Promover a construção de hotéis, em lugares pitorescos (praias, montanhas, estações de águas etc.) mediante favores legais concedidos às iniciativas particulares, que queiram seguir os planos aprovados pelo governo nesse sentido;
 - Estimular a visita de jornalistas, escritores, políticos e personalidades de destaque, nos outros países, que demonstrem desejo de conhecer o Brasil e possam inferir no desenvolvimento das suas relações externas;
 - Manter serviços de coordenação cotidiana e cordial com as outras direções do D. I. P., delas obtendo apoio, afim de que os outros assuntos relativos às expectativas do turismo atual, próximo e futuro, possam ser completadas a tempo;
 - Instituir serviços permanentes de informações sobre a atualidade nacional, dos pontos de vista materiais, intelectuais e culturais, afim de que compreendam os objetivos em que se inspiram todos os órgãos do Governo. Essas informações, traduzidas em inglês, francês e espanhol, terão distribuição espontânea ou solicitada, conforme circunstâncias. (Cultura Política. Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda - DI, ano IV. N.47, dezembro de 1944, p.175 e 176., apud SANTOS FILHO, 2007)

Percebe-se, pelas determinações institucionais de então, que o Governo Vargas reconhecia a importância do turismo sob os mais diversos aspectos: econômico, social, político e como elemento agregador dos valores necessários para a cristalização de uma imagem positiva do País e de seu governante. Por isso, o Governo Vargas institucionalizou a relação entre patrimônio histórico, turismo e propaganda como políticas de governo. Enquanto a escolha e a determinação dos elementos importantes e, portanto, passíveis de serem classificados como patrimônio, lançavam a base para a construção de uma identidade nacional, tão importante naquele período, o turismo e a propaganda se encarregavam de difundir os novos valores e dar suporte à construção da imagem de grande governante e de país aprazível a Vargas e ao Brasil, proporcionando, assim, a temporária estabilidade política almejada no período.

Considerações finais

A relação Patrimônio/Turismo desenvolvida na Era Vargas, e fortalecida durante o Estado Novo, resultou não apenas do interesse pela história do País, nem tão pouco surgiu da valorização estética alimentada pelos modernistas que ocupavam as repartições do Governo Federal.

Ouro Preto, elemento central desta saga, carregava consigo tal carga de significados e elemento identitários, que seria praticamente impossível permanecer no ostracismo, quando o assunto em questão era a busca pela essência nacional. Havia o local, havia a história, representada pela arquitetura local, havia os ideais libertários que emanavam do ambiente e havia, ainda, o reconhecimento pelos intelectuais da época: a combinação adequada. O Brasil agora tinha o que mostrar: seu patrimônio, sua cultura. E tinha a quem mostrar: aos turistas, que a partir da intensa campanha de promoção do País para o público interno e externo, passaram a se interessar pelas belezas nacionais.

Desta forma, considerando-se a soma destes fatores, percebe-se a estreita relação existente entre Patrimônio e Turismo, usando a Propaganda como elemento propagador, sendo estes três pilares adotados para a divulgação do País e do Governo Vargas.

Reconhecendo-se a importância de se compreender a relação entre Patrimônio e Turismo, observando de que maneira a associação destes dois segmentos serviu ao Governo Vargas para a formação de uma identidade nacional, esta pesquisa terá prosseguimento, abordando questões mais específicas relacionadas ao Patrimônio, como elemento de poder e dominação, seguidas das questões referentes à relação entre a criação da identidade nacional, as Cartas Patrimoniais e os Planos de Desenvolvimento Turístico nacional no período em questão.

Referências Bibliográficas

BERTONHA, J. F. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol.21 nº.40 São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000100005&script=sci_arttext . Acessado em: 10 jan 2015.

BRASIL. Câmara dos deputados. Legislação Informatizada - **Decreto-lei nº 1.915, 27 dezembro de 1939 - Publicação Original**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acessado em: 30 nov 2014.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARETA. Nº 1217, ano XXIV. Rio de Janeiro: Kosmos, 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=083712&pesq=Cristo%20Redentor&pasta=ano%20193>. Acessado em: 18 jan 2015

CHAUÍ, M. **BRASIL: Mito fundador e sociedade autoritária**. 2000. Disponível em:

http://www.posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/intranet/includes/download.php?id_arquivo=174. Acessado em: 21 de out. 2013.

CONDURU, R. Artifícios para inventar e destruir: arquitetura, história, preservação cultural. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN, nº 34, 2011, págs 131-145.

D’ALESSIO, M. M. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN, nº 34, 2011, págs 79-89.

FAUSTO, B. História concisa do Brasil. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

FERNANDES, N. N. Escolas de samba, identidade nacional e o direito à cidade. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. XVI, nº 418 (47), 1 nov 2012.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ.

LAUHERHASS JÚNIOR, L. Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro. São Paulo: EDUSP, 1986.

DIAS, C. C.; LIMA, A. C. S. O Museu Nacional e a construção do patrimônio histórico nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN, nº 34, 2011, pags 199-221.

LOPES, A. H. **Entre Europa e África**: a invenção do carioca. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Topbooks, 2000.

MAGALHÃES, L. H. **Educação patrimonial**: da teoria à prática. Londrina: Unifil, 2009.

MOSKO, J.F; CAPRARO. A.M; MOSKO, J.C. **O Estado Novo (1937-1945) e a Educação Física**: doutrinando corpos no exercício do poder. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 15 - nº 143 - Abril de 2010. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>. Acessado em: 18 jan 2015.

RIBEIRO, M. T. D. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN, nº 34, 2011, págs 223-247.

SANTOS FILHO, J. **O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP**. (2007). Revista Digital - Buenos Aires - Ano 12, nº 114 - Nov 2007 Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd114/o-turismo-na-era-vargas-e-o-departamento-de-imprensa-e-propaganda.htm>. Acessado em: 5 jan 2014